

## Nos meandros da memória, passando pela educação e o trabalho: uma experiência de pesquisa em história oral

Jiani Fernando Langaro<sup>1</sup>

*Sem trabalho eu não sou nada  
Não tenho dignidade  
Não tenho meu valor  
Não tenho identidade...*

*Renato Russo, Música de trabalho.*

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir alguns aspectos do trabalho de pesquisa com história oral e memórias. A partir de um depoimento oral do trabalhador "José", procura-se pontuar as formas com que elaborou suas memórias e organizou-as em sua narrativa oral, expressando tensões e relações vividas no trabalho. Não se busca elucidar os fatos, muito menos investigar sua veracidade, mas compreender as narrativas como interpretações que quais descortinam as formas com que as pessoas compreendem elementos de sua vida, como o trabalho e formas de atuação social.

Palavras-chave: História oral; memória; trabalho.

**In the ways of the memory, passing by the education and the work: an experience of research in oral history**

### Abstract

This paper's objective is to discuss some aspects of the investigation's work with oral history and memories. With one oral, of "José" worker, one searches present the forms how he create his memories and organize them in him oral narrative, expressing tensions and relationships lived at work. Not found itself to elucidate the facts, already don't investigate its truth. but know the narratives as interpretations, that disclose the forms how the persons understand their lives' elements, as the work and forms of social performance.

Key-words: Oral history; memory; work.

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (Campus Marçal Cândido Rondon), Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU (MG) e Professor Efetivo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR (Campus Toledo). E-mail: jlangaro@utfpr.edu.br

Em Marechal Cândido Rondon, pequeno município do Oeste do Paraná, existe uma preocupação, característica à região, com a educação. Nesse local, existe uma série de instituições de ensino e é muito comum a busca pela educação de jovens e adultos – EJA.

O depoimento oral que originou a discussão realizada neste artigo foi coletado no ano de 2002, quando buscava compreender por que certas pessoas procuravam alfabetizar-se e escolarizar-se na vida adulta, quais eram suas demandas cotidianas por educação, bem como suas expectativas<sup>2</sup>. Em certas cidades como São Paulo, a vida urbana é muitas vezes um imperativo para a própria sobrevivência da pessoa, como se pode observar em matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*:

**Selva de letras: como vivem os jovens que não sabem ler nem escrever**

Eles não podem anotar um recado, conferir a tabela do campeonato paulista ou ler esta reportagem. Os adolescentes analfabetos formam no Brasil uma legião de pelo menos 1 milhão de excluídos das escolas e dos melhores empregos. Em uma metrópole movida por letras e números, o contraste fica mais evidente. Os problemas vão da hora de pegar o ônibus até a localização de um endereço (CASTILHO, 1998, p.2).

Atividades simples do dia-a-dia, como apanhar um ônibus, tornam-se muito difíceis para as pessoas que vivem em metrópoles e não dominam a linguagem escrita. Esse não era o caso das pessoas que viviam em Marechal Cândido Rondon, uma vez que se trata de um pequeno município interiorano, em que a vida na cidade não se distingue de maneira abrupta do mundo rural. Entretanto, no decorrer daquela pesquisa outras questões foram apresentando-se e chamando muito a atenção, principalmente no que se refere ao trabalho, proporcionando reflexões que apontam para dimensões mais amplas.

O uso das fontes orais acabou descortinando experiências pouco conhecidas no espaço público regional e, mais do que isso, possibilitou o acesso não meramente a “fatos”, mas às relações que os sujeitos tecem com elementos de sua vida, em especial o labor. Isso provavelmente por serem, em sua maioria, alunos pertencentes à classe trabalhadora local.

Tal experiência, com o uso de fontes orais, possibilitou confrontar as vivências dos trabalhadores com as imagens muitas vezes difundidas por certos meios de comunicação daquele município. É o caso de uma matéria da *Revista Região*, que veiculou um texto tratando da vida de trabalhadores rurais diaristas,

---

<sup>2</sup> Uma síntese das questões trabalhadas naquela pesquisa pode ser encontrada em: LANGARO, Jiani Fernando. *Peregrinos e Calejados: Experiências de escolarização entre as classes trabalhadoras em Marechal Cândido Rondon (PR)*. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 2003 (Trabalho de Conclusão de Curso em História).

conhecidos regionalmente por “bóias-frias”<sup>3</sup>, de Ouro Verde do Oeste, um município próximo.

A matéria estampa a capa da edição com uma fotografia em preto e branco que ocupa toda sua extensão, trazendo um ambiente escuro ao fundo, o que dá um tom quase enigmático à imagem. Retrata uma família de trabalhadores pobres, em primeiro plano, ocultando os olhos dos figurantes, tornando-os exemplo de tal realidade.

Intitulada “Um grave problema social”, a reportagem ocupa quatro páginas da revista. Assinada por Gisele Rosso, também produtora das fotografias, discute os problemas vividos não apenas pelos “bóias-frias”, mas pelas próprias pessoas pobres daquele lugar. Os trabalhadores são apresentados como vítimas e o olhar de estranhamento que é projetado sobre certos hábitos de algumas dessas pessoas conformam o enredo da reportagem. Isso fica muito presente quando a jornalista trata do tema moradia:

#### **Moradia**

Uma boa parte da população vive em casas populares. No município, existem três mutirões e uma Vila Rural. Mesmo assim, há casas em situações precárias, não chegam a ser barracos, mas as condições são bastante propícias à propagação de doenças. De acordo com o prefeito Carlos Franco de Souza, a administração está tentando resolver o problema dessas pessoas. Há um pedido junto a Cehapar para a construção de mais um conjunto habitacional.

.....Com três filhos e cuidando de dois sobrinhos, [nome de uma mulher omitido pelo autor], 29 anos, mora com o marido e as cinco crianças em uma casa de chão batido de um cômodo, dividido em dois por uma cristaleira. Família de bóia-fria, no momento, o marido está trabalhando temporariamente. Até dezembro, o salário de R\$ 200,00 está garantido, depois, segundo ele, “só Deus sabe”. O salário é dividido em duas partes: R\$ 100,00 para a comida e R\$ 100,00 para compra de materiais de construção para realizar o sonho de uma casa melhor. (...) A precariedade é do mesmo tamanho da solidariedade. Os sobrinhos foram trazidos por [mesmo nome omitido pelo autor], já que o pai está envolvido em ilícitudes e a irmã tem problemas de saúde. “Se Deus quiser eles ficam aqui para sempre e, ainda, trago minha irmã”, fala. O casal dorme acompanhado de duas crianças e as outras três dormem no chão batido. Moscas no local dão a amplitude da precariedade que vive a família Santos e às doenças que as crianças estão expostas. As necessidades orgânicas, já que não há banheiro, nem patente, são feitas próximas da moradia (ROSSO, 2001, p.18-21).

<sup>3</sup> No Brasil, também se designa de “bóias-frias” os trabalhadores que vivem nas cidades e se deslocam diariamente para o campo, afim de trabalhar. Seu pagamento costuma ser por “diária” ou mesmo por “empreitada”.

Os trabalhadores são retratados a partir das temáticas da “pobreza” e da “carência”, apontando para a necessidade de assistência social. Nesse sentido, ressalta-se o empenho do poder público e das entidades do gênero, existentes no município, em tentar minimizar esses problemas.

Analisando esse e outros materiais, pude notar que os trabalhadores são silenciados enquanto classe e até mesmo como sujeitos da história. Quando são retratados, geralmente são apresentados como portadores de necessidade de políticas públicas de assistência social ou a partir dos projetos governamentais realizados para a essa classe.

O trabalho de pesquisa em história oral que realizei buscou desvincular-se de tais perspectivas, efetuando um diálogo com os trabalhadores abordados, procurando compreender e respeitar suas culturas. Uma das entrevistas orais que mais chamou a atenção foi justamente a primeira que realizei, ainda em 2002, com José<sup>4</sup>, que na época possuía 32 anos e trabalhava como serviços gerais em empresa do ramo de materiais de construção. Conheci-o na escola “Criança Feliz”, durante o segundo semestre daquele ano, quando fiz uma visita à sua turma, agendando e realizando entrevistas com boa parte dos alunos.

É sobre alguns aspectos desse depoimento que discutirei ao longo do presente trabalho, em especial à relação que ele tece com o labor e sua condição de assalariado. Dentre os assuntos narrados por José, foi intrigante uma situação peculiar de tensão, que resultou no enfrentamento entre trabalhadores e empregadores, vivenciados por ele e seus colegas na empresa em que trabalhava.

É necessário ressaltar, mais uma vez, que o objetivo aqui não é verificar se os fatos narrados pelo entrevistado são “reais”, se “de fato ocorreram” ou não. Isso explica o porque não me utilizo da confrontação da narrativa desse trabalhador com a de outros colegas de trabalho seus ou mesmo com documentos escritos, como prescreveria algumas concepções mais tradicionais de história, muito preocupadas com “fatos” e pouco interessadas com as pessoas reais, com suas formas de viver, pensar e construir cotidianamente o processo histórico.

Trata-se, portanto, de estudar as memórias do entrevistado sobre as situações vividas como forma de captar relações mais amplas que ele estabelece com o mundo do trabalho, tais como as formas com que ele percebeu e atuou perante as tensões que permearam seu convívio na empresa. Recurso semelhante foi utilizado por Heloísa Helena Pacheco Cardoso, com o qual a autora reflete sobre a utilização, para a pesquisa histórica, de depoimentos orais produzidos por arquivos públicos, como o do Distrito Federal. Nesse trabalho, ela se depara com o depoimento peculiar de Eronildes Guerra de Queirós, que trabalhou como cozinheiro durante a construção de Brasília. De acordo com a autora:

---

<sup>4</sup> José (nome fictício). 32 anos. Serviços Gerais em empresa comercial de materiais de construção. Entrevista concedida ao autor em Marechal Cândido Rondon, em 28/11/2002. Utilizo para o entrevistado o pseudônimo “José” a fim de preservar a integridade profissional do entrevistado, dado o conteúdo de sua narrativa.

Ao relatar suas experiências em Brasília, aquelas que a memória preservou e que foram realimentadas e refeitas na trajetória vivida nesses anos todos como morador da cidade (a entrevista foi gravada em 1991), a narrativa de Queiroz identifica ele próprio e, ao mesmo tempo, muitos trabalhadores que percorreram trajetórias semelhantes. Não no sentido da construção de uma identidade coletiva que anule as individualidades (CARDOSO, 2004, p.177).

Mesmo em se tratando de uma a narrativa individual, a gama de possibilidades que apresenta pode ser compartilhada por muitos outros trabalhadores. A narrativa oral se configura em testemunho vivo da história, local privilegiado para se perceber a dinâmica do processo histórico, compreendido não apenas como uma sucessão de acontecimentos, mas como composta pela formação de consciências de diferentes sujeitos, as quais explicam as ações humanas.

Acreditando que a história é produzida por sujeitos reais e não por estruturas que determinem à totalidade de suas vidas, busco não fatos “em si”, mas as relações estabelecidas pelas pessoas com o mundo em que vivem, expressas em suas narrativas. Por meio disso, é possível perceber a atuação das pessoas em sociedade, trazendo sua dimensão humana, como sonhos e frustrações, buscando notar a sociedade que de fato existe e não aquilo que falta para se alcançar um modelo de perfeição.

Sobre o depoimento oral em questão, foi produzido na residência do entrevistado, em uma tarde chuvosa, quando ele estava de férias do trabalho. Uma de suas filhas estava presente e acompanhou essa tarefa. Depois desse contato, visitei José em outras duas oportunidades, em uma para realizar a revisão da entrevista com a presença dele – quando então tirei dúvidas e anotei suas observações, transcritas para o texto na forma de notas de rodapé – e outra para entregar-lhe uma cópia da versão final da entrevista e coletar sua assinatura na *autorização de uso do depoimento*.

Tais tarefas foram realizadas sem grandes problemas, talvez porque, como pude perceber, José sentiu-se honrado por ter sido escolhido para colaborar com a pesquisa. O trabalho foi bem recebido por ele, que também se mostrou à vontade durante a realização do depoimento oral.

A narrativa foi composta de duas partes. A parte inicial esteve pautada predominantemente nas questões que eu propunha, ligadas às preocupações daquela pesquisa sobre educação de adultos. Ao encerrar a entrevista, permaneci certo tempo na casa de José, conversando sobre outros assuntos. Nesse momento, falei mais do estudo que estava realizando e de minha cidade natal, onde ele possuía parentes e também já havia morado. Após essa maior aproximação, o entrevistado começou a relatar as trajetórias de seus pais, o que me incentivou a gravar tais relatos, atitude com a qual ele consentiu.

É nesse segundo momento do depoimento oral que José relata as maiores tensões vividas em seu trabalho, bem como algumas situações de crise e de confronto com o patrão, compreendido pelos trabalhadores do setor de montagem e

entrega de materiais de construção, da empresa em que atuava. Possivelmente tais relatos somente foram expressos em função desse contato maior com o entrevistado, proporcionado pela conversa informal que tivemos e o primeiro momento de sua narrativa<sup>5</sup>, o que pode ter colaborado para que ele atribuísse a mim certo nível de confiança, após ter revelado muitos aspectos de sua vida. Esse caráter, aliás, de tornar-me uma espécie de “confidente” dos entrevistados ficou muito evidente em muitos dos casos com que trabalhei.

Quanto à sua trajetória de vida, José relatou que nasceu em Barracão, Estado do Paraná, tendo vivido em diferentes municípios. Ainda adolescente, mudou-se com seus pais para o leste do Paraguai, onde viveu até a década de 1990. Depois foi morar em Marechal Cândido Rondon, município em que viviam alguns parentes de sua esposa. A decisão de deixar o Paraguai foi tomada em virtude da ausência, na localidade em que viviam, de certos recursos, como assistência médica. Isso impossibilitava um tratamento adequado, principalmente no caso de emergências, tal qual chegou a ocorrer com uma de suas filhas<sup>6</sup>, fato que é tomado por ele como um marco na decisão de deixar o país vizinho.

Ao mudar-se para Marechal Cândido Rondon, José afirma que não encontrou grandes dificuldades para encontrar moradia e trabalho, destacando que se inseriu quase que imediatamente no setor de construção civil. Porém, não se profissionalizou neste ofício e, em sua busca pela sobrevivência, alternou o exercício de diferentes atividades. Atuou como servente de pedreiro, diarista rural (chamado por ele de “bóia-fria”), assalariado rural (tomando conta de chácaras próximas ao perímetro urbano) e o serviço em empresas comerciais, como uma madeireira e o seu então emprego em uma empresa que comercializava materiais de construção.

Nessa empresa exercia a atividade de “serviços gerais”, realizando serviços braçais no depósito, junto de seus colegas de setor. Para conseguir seu emprego, enfrentou uma série de dificuldades, dentre as quais, o baixo nível de escolaridade<sup>7</sup>. Esses problemas foram relatados em detalhes, o que é natural, pois era o objetivo de minha pesquisa.

---

<sup>5</sup> A relação estabelecida entre pesquisador e entrevistado, bem como suas implicações na produção dos depoimentos orais, foi discutida por Alistair Thomson, principalmente em: THOMSON, Alistair. “Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do exército nacional.” In: *Projeto História*, São Paulo, n. 16, pp. 277-96, fev. 1998. e THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias.” In: *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p.51-71, abril de 1997.

<sup>6</sup> Em seu depoimento, José destacou em riqueza de detalhes e em tons dramáticos o ocorrido com sua filha, que engoliu o que chama de “tampinha” de um rádio à pilha e por isso quase acabou asfixiando-se. Dado o problema, ele e a esposa tiveram que trazer a filha para o Brasil, tendo que pagar um barco especialmente para fazer esse trajeto, contando com dinheiro adiantado de seu salário em uma fazenda, para a qual trabalhava ao mesmo tempo em que administrava sua pequena propriedade rural. In: José. Citado anteriormente. p.5-6.

<sup>7</sup> José possuía apenas a primeira série completa do Ensino Fundamental.

Não foram esses, todavia, os motivos que o levaram a retomar os estudos na vida adulta. Apesar de José apontar diversos problemas vividos em seu trabalho e no próprio dia-a-dia – supostamente decorridos de sua “falta de estudo” e do desejo de fazer a Carteira Nacional de Habilitação, no intuito de conseguir um emprego de motorista na empresa em que trabalhava – outros elementos, presentes de maneira quase secundária em sua narrativa, tiveram papel importante em tal decisão:

...entrou um cara trabalhar ali comigo, ele sabia ler e tudo, ele entrou no serviço pesado, aí depois ele foi, hã, ele se interessou e os caras [direção da empresa] viram que ele era bem estudado, pegaram ele para trabalhar no computador lá dentro, e hoje ele está lá, só mexendo no computador, ele saiu do serviço pesado e o serviço dele mais pesado é mexer com os dedos lá no computador e só. (...) É porque daí que nem a gente está lá, trabalhando, a gente é estudado, precisa de um cara para trabalhar lá na frente ou de vendedor o... tanto serviço que tem, ou de cobrador, todos a gente, quando a pessoa tiver uma vaga assim, eles pegam dos fundos e colocam para daí pega outro e coloca lá nos fundos, ali. (Depoimento concedido ao autor em 28 de novembro de 2002, p.9-10).

Uma das políticas adotadas pela empresa, quando algum cargo ficava vago, era promover trabalhadores que já atuavam ali, ao invés de partir logo para novas contratações. Na passagem anterior, José relata o caso de um colega de trabalho que atuava no serviço braçal, nos “fundos”, que teria conseguido ascender de cargo, indo trabalhar com “computador”, compreendendo que isso ocorreu em virtude de sua escolaridade.

Em sua leitura, reproduz a concepção de que a atividade braçal está em um patamar inferior às atividades de escritório e do setor de vendas da empresa. Nesse caso, trabalhar com computador, além de ser um serviço mais “leve” (ou não tão exaustivo), seria também um símbolo de um novo *status* que o trabalhador passa a adquirir. Embora aponte a existência de uma série de rivalidades e divergências entre os empregados dos “fundos” (trabalhadores braçais) e os da “frente” (vendedores e trabalhadores de escritório), como, por exemplo, a inexistência de festas e de um time de futebol comum aos dois setores, e deplora certas práticas dos da “loja”, é nesse setor que ele almejava se inserir.

Interpretando a realidade de trabalho em que vive, José torna o colega promovido um exemplo de que seria possível melhorar de vida na empresa. O entrevistado, a partir disso, também passou a buscar tal promoção, no intuito de ascender profissionalmente em um plano individual. A retomada dos estudos parecia ser uma das estratégias adotadas por ele para agradar seus patrões, talvez buscando mostrar um diferencial e assim “ser notado”.

Apesar dessas expectativas, José relatou que três anos antes da entrevista, em 1999, viveu uma situação de confronto muito direto para com patrão. Tal movimento, que chama de “greve”, foi empreendido por ele e pelos demais colegas de setor na

empresa. Conforme aponta, o estopim da crise envolvendo trabalhadores, patrão, empregados do escritório e de gerência foi a mudança de propriedade da empresa.

Antes disso, em sua narrativa fica presente a grande relação de proximidade mantida por seu ex-patrão com os empregados. As práticas paternalistas ajudavam a manter certo clima de “harmonia” na empresa, deslocando certas tensões.

Com a mudança de direção, a empresa passou para um grupo com sede em outro município da região e a postura do novo patrão não agradou os trabalhadores dos “fundos”, em parte porque sua forma de administrar calcava-se em uma relação de distanciamento dos empregados. Tal caráter parece ser o ponto central dos desgostos dos trabalhadores e causador de uma espécie de ressentimento.

Empreenderam-se mudanças que também afetaram a remuneração dos trabalhadores da empresa, provavelmente no intuito de se reduzir gastos. Esse parece ser o ponto final, na narrativa de José, da possibilidade de se manter uma relação de não-enfrentamento com o patrão. O entrevistado inicia o relato do momento de crise, comentando a mudança, quando o questionei se estava contente com seu trabalho:

Contente, contente [com o emprego] você não está porque... o outro nosso patrão que nós tínhamos, nós éramos assalariados, do mesmo salário do governo. Pagava dois salários e meio e quando mudou de chefe ali que a “Empresa Xis” continuou a mesma, aí colocou o salário do sindicato. Ao mês nós estávamos ganhando..., quem nem o salário que terminou era quatrocentos e cin... quatrocentos e... quatrocentos e seis e parou nos quatrocentos e seis. Aí depois que foi para o salário do governo, subiu onze por cento, é que aumentou um pouquinho. Que no caso nós ganhávamos dois salários e meio, e ele chegou e colocou o salário do sindicato (Idem p.19-20)<sup>8</sup>.

Nesse caso, a nova direção da empresa optou por adequar os salários de seus empregados àquele negociado pelo sindicato que representa a categoria. Cumprir o dissídio coletivo, realizado entre sindicato patronal e de trabalhadores é algo previsto em lei<sup>9</sup>, porém, a medida adotada pela empresa modificou uma prática anterior que beneficiava os trabalhadores, abrindo espaço para que eles questionassem a legitimidade de tal medida.

Isso diferia do que vinha ocorrendo até a mudança na direção, pois, de maneira semelhante a muitas empresas da região, aquela reajustava o salário dos trabalhadores de acordo com a alíquota do salário mínimo. Naquele ano, o reajuste

<sup>8</sup> José comentou, ainda, que, antes recebia pelo “salário do governo” mas o que possuía registrado em carteira era menor do que realmente recebia e que hoje recebe o “salário do sindicato”, e não possui carteira assinada.

<sup>9</sup> A esse respeito ver: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Consolidação das leis do trabalho*. Disponível em: <http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/CLT/Clt.pdf> Acesso em: 05/04/2007.

negociado pela entidade sindical foi inferior ao conferido pelo governo federal ao piso salarial nacional, o que agravou os descontentamentos dos trabalhadores da empresa.

Em sua narrativa, José distancia-se do sindicato, apresentando certa indiferença. Em todo o enredo de tensão, a entidade não aparece como algo a ser requisitado ou mesmo consultado, sendo somente lembrada, de maneira negativa, quando do reajuste salarial. Tais elementos põem em evidência o não-reconhecimento do sindicato como instituição representativa da categoria por parte desse trabalhador e mesmo a negação de uma imagem de militante, que poderia ser complicada para ele sustentar, principalmente depois do desenrolar da trama conflituosa vivida na empresa.

Mesmo que o entrevistado utilize o termo “greve”, tal movimento não contou com a colaboração de sindicatos ou de movimentos político-partidários, sendo algo relativamente espontâneo. O contato com os meios de comunicação e a divulgação de movimentos semelhantes, mesmo que muitas vezes realizada com o objetivo de criar uma imagem negativa sobre eles, pode ter servido de referencial para esses trabalhadores, a fim de desenvolver tais atividades, mas não para construir uma identidade que os aproximasse de trabalhadores-militantes, ligados a entidades organizadas de classe.

Entretanto, fica claro o caráter que José confere a si e a seus colegas: o de sujeito da mobilização, afirmando seu direito de reivindicar melhores condições de trabalho:

Aí não aceitamos [o salário]. Ninguém recebeu porque se alguém chegar e receber lá daí ia sujar conosco porque vamos ser todo mundo unido, se mandar um [embora] vai [ter que] mandar todo mundo, mas não um dá frente outro dá para trás. Fui eu primeiro, eu falei “Se vocês quiser eu vou por primeiro” daí eu fui. Que nem eu montava porta... eu fui receber, eu fui lá, daí ela [a secretária] falou: “não, é só isso daqui” então eu falei: “isso eu não vou pegar, eu vou conversar com os outros caras, se eles topar, topamos, se eles não topar nós não vamos receber”. Aí a hora que chegaram os caminhões [para carga e descarga] nós falávamos: “olha, aconteceu assim, assim, ela não quis dá aumento para nós e... eu não recebi” [explica o porquê não iam realizar suas tarefas, pois estavam fazendo uma paralisação]. “Bom, então vamos conversar com ele” e mandou, deu essa proposta para nós. Ligamos para [nome de cidade omitido pelo autor] e conversamos com ele [o patrão] falou: “não quem quer, quer, quem não quer traz o dinheiro de volta”. Aí também então se tem [nós temos a] intenção de parar. Aí ele falou: “não vocês não vão parar”, falei “vamos”. Isso já era de tarde. Aí não, daí falamos para o chefe: “até hoje de tarde nós vamos trabalhar, só que amanhã nós vamos parar”. Aí nós paramos. Aí depois no outro dia ele veio..., de [nome de cidade omitido pelo autor]. Aí, ele viu... que, que a firma estava quase parando, bom, estava parada já (Idem p.21-22. Acréscimos meus).

José também se coloca à frente dos colegas de trabalho, tornando-se, nesse enredo, o protagonista da mobilização. Realça, assim, seu papel como agente que organiza os demais trabalhadores, dispondo-se, inclusive, a ser o primeiro a ir receber o salário, um dos objetos em litígio, demonstrando, mais uma vez, a grande importância do episódio para o entrevistado, mesmo no momento da entrevista, quando já haviam se passado três anos.

É possível notar, nessa parte da narrativa de José, um processo de sua consciência, em que formula noções sobre direitos e trabalho. Essas concepções podiam ser compartilhadas, embora possivelmente não da mesma forma, pelos trabalhadores envolvidos, que iam reelaborando-as em sua experiência de mobilização:

...Aquele tempo tinha quatro caminhões. Colocaram quatro caminhões dentro dos portões lá e... Chegou um caminhão [para] descarregar tijolos e nós não fomos descarregar e sentamos debaixo das barraquinhas e ficamos sentados lá. Ai o que ele [o patrão] fez. Pegou os caras lá de [nome de cidade omitido pelo autor], que lá em [nome de cidade omitida pelo autor] é a matriz, trouxe peões de lá. Chegou e colocou os peões e daí nós falamos: "agora não, até aí você abusou de nós, os caminhões eles não vão pegar. Se quiser fazer entregas pega os caminhões de [nome da cidade omitido pelo autor] e coisa". Ai ele meteu a boca em nós: "É porque nós vamos chamar a polícia" [ao que os trabalhadores responderam] "é podem..., é pode até chamar a polícia não pode fazer nada". Única coisa que nós atravessamos os caminhões e não entra e não sai ninguém. Daí vieram os peões de [nome de cidade omitido pelo autor] daí nós falamos para eles: "não, aqui ninguém vai trabalhar. Só se trazer caminhões de lá e vocês mesmo carregar" (Idem p.20-21).

Existe, nessa passagem, a representação de toda uma arena de disputas. O patrão não quer dialogar com os empregados, que, por sua vez, paralisam suas atividades. Os caminhões, nesse caso, são reivindicados pelos trabalhadores sob o argumento de que atividades e instrumentos de trabalho não se dissociam. Trata-se de algo elaborado em suas consciências, a partir da perspectiva de que o trabalho deveria prevalecer sobre a propriedade, disputando com o patrão a noção de direito que deveria prevalecer, sob a possibilidade inclusive de enfrentar a repressão policial.

A retenção dos caminhões também está relacionada com as estratégias dos trabalhadores para paralisar a empresa. De acordo com o entrevistado:

É, parou as entregas. Que nem o cara [o cliente] queria um material lá que tinha comprado em um [d]ia, chegava um cliente para atender, ninguém ia atender ele. Daí parou mesmo. Ai ameaçou [o patrão] de jogar a polícia em cima de nós, foi que onde nós montamos portas é um... barraquinho que nem essa sala assim, daí tem um radinho e tudo está lá, ai eu falei "não, nós vamos sentar conversar aqui" e ficamos lá, sentados. Daí ele mandou falar que ia chamar a polícia. Ai falamos:

“chamar polícia porquê, nós não estamos fazendo nada de errado, nós estamos quietos aqui conversando um com o outro”. Até que ele viu que tinha parado a firma mesmo que ele veio conversar com nós. Então porque que não veio antes e explicou: “ô, isso aí não vai dar de aumento, vamos negociar, vamos conversar”, não, nem no dia do pagamento não veio, mandou a secretária dele fazer o pagamento com nós. Aí nós paramos (Idem p.22).

Mesmo sem a adesão dos empregados do escritório e do setor de vendas, a paralisação apenas dos trabalhadores dos “fundos” já teria sido suficiente para impedir, ou mesmo atrapalhar, o funcionamento pleno da empresa, pois as entregas não eram feitas e nem o estoque renovado. A mobilização durou dois dias, de acordo com o entrevistado, mesmo sofrendo as estratégias da direção da empresa de recolocá-la em funcionamento e das promessas de intervenção policial na situação.

A aparente tranquilidade que José apresenta como a resposta que ele e seus colegas deram à possibilidade de enfrentamento com a polícia, no entanto, pode ter sido forjada na forma como recompõe suas memórias do conflito. Ele ressalta mais a coesão e força do grupo, como um conjunto que estaria “caminhando unido em uma só direção”, sem se referir às possíveis divergências e tensões internas. Elementos semelhantes compõem a forma com que José compreende o desfecho da mobilização, tratando-a como vitoriosa. Tal caráter também é manifesto de outras maneiras, principalmente quando relata a negociação com o patrão:

Aí, até que concordou, chamou nós no escritório. Daí fomos todos nós lá. Daí chegamos lá e ele falou “Ô, a empresa está meio fraca, não está vendendo bem, e vocês também tem que reconhecer que não é assim.” Isso aí estava com dois dias já. Daí ele falou: “não é como vocês pensam que... vamos conversar, vamos nos entender, que nem eu posso aumentar um pouquinho, se a empresa vender bem, final do mês eu dou uma cesta básica para vocês e vamos, mandar embora eu não [vou] também não posso mandar porque eu não tenho como pagar o acerto de vocês. Que a empresa está vendendo pouco, esse mês vocês mesmo podem ver que não tem muito serviço.” Aí nós concordamos com ele. Então, sabe, um pouco está certo porquê a gente precisa do serviço e só que ele também precisava da gente. Podia chegar e conversar com a gente separado. Chamasse a gente no escritório, falar: “vamos fazer assim, assim, tal...”, não na hora ele cortou e ficou por isso (Idem p.21).

O afastamento do patrão, nas palavras de José: “...um cara assim meio duro, ele não conversava com a gente quase...” (Idem p.24), demonstra o grande descontentamento dos trabalhadores para com a descontinuidade das práticas paternalistas adotadas pelos proprietários anteriores da empresa, parecendo ser levado para o campo dos sentimentos, como “falta de consideração” ou desdém.

Um dos êxitos alcançados foi o de conseguir forçar o patrão a um diálogo, rompendo, mesmo que momentaneamente, com sua postura de afastamento,

interpretado como soberba ou arrogância. Devido ao nível de importância conferido por José a isso, a mudança de relação do patrão para com os empregados pode ser responsável pelo tom de “vitória” de sua narrativa. Entretanto, a principal reivindicação – o reajuste salarial de acordo com o salário mínimo – não chegou efetivamente a se concretizar.

Isso, no entanto, não é compreendido por José como uma derrota direta, pois trata o diálogo com o patrão como uma *negociação* e seu resultado como um *acordo*. Na sua compreensão, a aceitação das condições propostas pelo empresário somente se deu porque eles, os trabalhadores, concordaram e foram sensíveis aos problemas enfrentados pela direção da empresa. Ele também dá a entender que o desfecho do conflito somente ocorreu daquela maneira porque os trabalhadores se dispuseram a aceitar a proposta do patrão que, por sinal, teria se obrigado a “negociar” e “dialogar” algo que não o interessava antes da paralisação.

Parte da mobilização ocorreu não somente por conta de fatores econômicos, mas da busca por uma valorização do trabalho braçal dentro da empresa. Conforme aponta o entrevistado, um dos motivos que os incentivaram a empreender a paralisação foi a rivalidade com os outros trabalhadores da loja e do escritório que afirmaram que eles (os dos “fundos”), não teriam “coragem” de paralisar as atividades da empresa. Essa gama de sentidos conferidos ao trabalho auxiliou na realização dos atos de confronto com o patrão, configurando-se também em uma tentativa de demonstrar força perante os colegas e obter um reconhecimento maior para seus serviços. Esse aspecto é, provavelmente, responsável pela interpretação vitoriosa que José faz do evento (*Ibidem*. Acréscimo meu), inclusive usando o tempo todo o termo “greve”, no intuito de chamar a atenção e reforçar o caráter de “grandeza” e de “importância” que confere ao movimento.

É importante notar que, para construir essa noção de movimento vitorioso, José delimita muito bem aquilo que chamou de “greve”, compreendendo seu término na negociação com o patrão. No momento em que realizava a entrevista, interessei-me pelo que teria ocorrido após esse movimento, como tinham ficado os trabalhadores desse setor da empresa. Foi quando perguntei se haviam ocorrido demissões:

Depois foi. Aí negócio de pagamento que nem estava atrasando os pagamentos. Daí foi dois ali, receber, aí xingaram a mulher. Mas isso aí foi tempo, dava um ano daí. Aí xingaram a mulher, no outro dia ele [patrão ou um dos funcionários superiores] chegou e deu uma... mandou [o trabalhador que havia xingado a secretária da empresa] assinar os trinta [aviso-prévio]. (Daí)... o cara [o chefe do setor de entregas] chegou daí falou: “olha esse cara é um cara trabalhador e tal e não devia ter mandado embora”. Daí ele falou [o patrão ou gerente]: “não, então não devia ter xingado a mulher, viesse conversar com nós”, daí nós [colegas de setor] explicamos para ele que: “você devia ter combinado com nós, chegava lá e íamos todos nós lá conversar, não só dois lá bater boca com a mulher aí, e a mulher é secretária não tem nada a ver com isso”. Nós tínhamos que pegar e ir eles mesmos lá no escritório. Aí um eles mandaram embora e o outro não (*Idem* p.23-24).

Existe todo um esforço para explicar que essa demissão não estava vinculada à paralisação, reforçando tal idéia ao mencionar que seu colega havia sido despedido aproximadamente um ano depois<sup>10</sup>. Nesse novo acontecimento, quem teria intercedido pelos trabalhadores demitidos seria o chefe do setor e não seus colegas de trabalho. Como se observa, a mobilização e a pretensa coesão desses trabalhadores não se mantiveram em momentos posteriores. Isso não é reconhecido pelo entrevistado, que tenta transmitir a mensagem de que não existia relação entre esses atritos e as crises vividas um ano antes.

De maneira contrária, houve uma incorporação dos argumentos do empresariado, no que se refere à repreensão efetuada ao colega de trabalho: “...*não devia ter xingado a mulher, viesse conversar com nós*”. Nesse período posterior ao movimento de paralisação das atividades, a relação patrão-empregado também se modificou. Essas transformações são captadas por José por meio de vários elementos:

É, para mim é mesma coisa. Única coisa que mudou que antes ele chegava e [nós] conversava um pouco com nosso patrão e hoje não, hoje, mal... apenas adeus uns para os outros e... ele lá no escritório e chegou no final do mês dão o dinheiro para nós, chegou o vale o... [nome do gerente da empresa omitido pelo autor], o gerente que trás para nós lá e... antes não era assim, e antes era mais parece... Que nem festa do trabalhador, quando ele começou ele fazia, dia primeiro de maio e hoje ele cortou também, já faz... o ano passado ele já não fez, ele já cortou, disse que não vai dar... festa do dia dos trabalhadores para nós, porque nós fizemos essa... [refere-se à paralisação] (Idem p.26).

É preciso ressaltar, nesse caso, que o *dia do trabalhador* não é apenas mais uma data festiva, como demonstra a própria forma como José o trata, enquanto *dia do trabalhador* e não *dia do trabalho*, título oficial da data. Depois do ocorrido, ao seu ver, o afastamento do patrão aumentou ainda mais e o fato de ele não ter mais realizado a festa para o dia do trabalhador foi interpretado como um sinal da insatisfação com os empregados.

---

<sup>10</sup> De acordo com Alessandro Portelli, o tempo em uma narrativa oral não é algo puramente objetivo, mas depende dos sentidos atribuídos pelo narrador àquilo que está sendo lembrado. Em sua prática de pesquisa, observou que dois eventos diferenciados, ocorridos inclusive em anos diferentes, eram associados pelas pessoas como se fossem um único processo. A esse respeito ver: PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. No caso que eu estudo ocorre o contrário: o entrevistado enfatizou os anos que separam dois eventos, a fim de reforçar a idéia de que ambos não são sucessivos ou parte do mesmo processo.

Apesar da atitude do patrão não tê-los impedido de realizar uma festa por conta própria, dentro de uma cultura do trabalho paternalista muito corrente na região, o patrão, ao pagar e promover as festividades para os empregados demonstra seu agradecimento àqueles que possibilitaram o bom andamento dos negócios, no caso, os empregados. Ao ser colocada de lado essa prática, quebrou-se com uma série de sentidos construídos por José sobre as próprias relações de trabalho, como a sua noção de *pacto* entre trabalhadores e proprietário, em que ambos almejavam auferir benefícios mútuos.

Nesse ambiente de trabalho tenso, compartilhando os problemas desse dia-a-dia com seus colegas e talvez, a possibilidade de ser demitido, no caso de desagradar seus superiores, José cria e recria suas formas de atuar, inclusive aquelas compreendidas no plano individual, contradizendo informações anteriores:

Eu estou contente [com o serviço], eu estou contente (...) me dou bem com meu chefe, até que quando não sei se sou puxa-saco dele, mas eu vou pescar com ele, que nem sábado passado nós fomos pescar... é uma amizade que a gente tem, eu gostei do meu serviço, acho que eles gostaram do meu e... Metade [dos colegas de trabalho] gostou do serviço, só que tem uns que não estão bem contente por causa disso, depois da grevezinha que nós fizemos lá. Diz que se arrumar um serviço eles sai dali. E eu já estou dizendo: "eu só saio daqui, ou se eles me mandar embora ou se eu for para a colônia [agropecuária] se não, não. Eu vou ficar onde eu estou" (Ibidem).

Nesse momento, o entrevistado revê sua inserção no trabalho, deixando transparecer em seu relato que, no intuito de contornar essa situação conflituosa, busca uma aproximação com o patrão, reforçando os laços de amizade para além do trabalho, o que o faz suspeitar de ser "puxa-saco". Reafirma, também, uma imagem de "bom trabalhador", cujo serviço agrada aos seus superiores, declarando não pretender sair da empresa, a menos que pudesse voltar para o campo, um dos sonhos que nutre.

A partir desse ponto, em sua narrativa, ele revê a mobilização, tratando-a como "grevezinha", procurando atenuar o impacto negativo que esse episódio poderia proporcionar sobre sua trajetória profissional, às pessoas que teriam acesso à sua narrativa e que compartilhassem desse ideal de trabalhador submisso. Portanto, José reavalia suas memórias, revendo sua trajetória na empresa e sua relação com ela, procurando deixar de lado seus ressentimentos e equilibrar-se em um jogo de forças no qual percebe que o poder patronal é hegemônico. Por meio do depoimento oral, ele procura passar uma imagem que se enquadre em um padrão de trabalhador "dócil", com maior submissão às regras patronais. Postura defensiva, provavelmente adotada a fim de se prevenir contra a possibilidade de ser demitido.

Nesse trabalho de re-significação que opera em suas memórias, o entrevistado pondera também sobre as atitudes do patrão, que causaram frustração nos empregados e teriam sido o mote para a decisão de partirem rumo ao enfrentamento:

Hum [...] As outras [empresas do ramo] todas pagam menos [para os empregados]. Só com os patrões que nós tínhamos antes era bem melhor do que esse que está. Esses aí são legais, tudo que precisar dele... é legal trabalhar com ele. Igual o problema dos ordenados que ele cortou de nós... não é que cortou. Nós éramos de um tipo e ele colocou para outro. Sem falar com nós sem nada. Aí nós fizemos uma greve de lá e foi para lá foi para cá e ele falou: “não, mandar embora não vou vocês. Quem não quer, quem acha que não está bom... então sai. Daí quem acha que está bom fica” (Idem p. 19-20).

Esse movimento nas memórias de José evidencia seu desejo de formular uma outra imagem do patrão, com a qual pode conviver sem se perceber “derrotado”, pois, ele (o patrão), dentro dessa compreensão, não teria propriamente cerceado seus direitos, mas apenas efetuado certas mudanças. Isso também é expresso quando relata o desfecho do movimento, a partir da negociação com o proprietário da empresa, afirmando que: “*então, sabe, um pouco está certo porque a gente precisa do serviço*” (p.21), lembrando e aceitando os argumentos do patrão como o de que seria “impossível” efetuar o reajuste salarial reivindicado pelos trabalhadores.

Percebo que essa necessidade do entrevistado de reelaborar suas memórias, após relatar momentos tensos de sua vida profissional, tem como objetivo conferir sentido à sua inserção na empresa, no momento em que produzia sua narrativa oral. Procurava, assim, a partir da formulação dessa outra imagem do patrão, não apenas conviver com ele e com aquele ambiente de trabalho, mas, principalmente, tomar mais próxima a possibilidade de melhorar de vida, ascendendo individualmente de cargo, dentro da empresa.

Sua expectativa assumia um caráter de projeto, cuja viabilização o levou a reelaborar certas práticas, como a busca por uma aproximação maior com os superiores, tentando tomar iniciativa no estabelecimento de relações paternalistas com os proprietários da empresa. Além disso, a retomada dos estudos também foi empreendida no intuito de agradá-los e demonstrar seu “empenho”.

Essa mudança de postura, em que o entrevistado buscava individualmente a “conciliação” com a empresa, assumida após a paralisação, não significava, no entanto, que ele anularia as possibilidades de participar de novos movimentos de enfrentamento empreendidos pelo grupo. No momento da entrevista, José mostrava-se um pouco ofegante, sendo que o ritmo da narrativa ficava mais acelerado quando relatava os momentos de tensão vividos nas relações de trabalho, indicando que aquele não era apenas um fato vivido e relegado a um puro passado, já findo. O próprio ato de rememorar um episódio conflituoso desses, algo incomum nos demais depoimentos orais coletados por mim, demonstra a força com que essas tensões ainda se faziam presentes no momento da entrevista.

A própria afirmação de José sobre a “vitória” da mobilização, a insistência em sua viabilidade e a pretensa coesão que teria sido mantida pelos trabalhadores

durante esse processo, aliado ao não-reconhecimento das dificuldades enfrentadas em momentos posteriores como parte do movimento, demonstra que o entrevistado vê a possibilidade de outras ações semelhantes àquela, no futuro.

Tal caráter tornou-se mais claro no momento em que realizei a revisão da entrevista, já em março de 2003. Naquele momento, José afirmou que ele e seus colegas de trabalho foram avisados de que os adiantamentos salariais pagos pela empresa no decorrer do mês seriam cortados no mês seguinte. Frisou que, se isso realmente acontecesse, os trabalhadores de seu setor realizariam uma nova paralisação (p.24, informação registrada no texto da transcrição em nota de rodapé).

Ocorreu um aprendizado, por parte de José, em sua trajetória de trabalho, a partir do qual ele passou a lançar mão de estratégias tanto individuais como coletivas, com o objetivo de reivindicar aquilo que almeja ou considera direito seu. Todas essas ações se apresentam no horizonte de possibilidades expresso em sua narrativa.

Em certos momentos, essa relação se modifica e algumas das possibilidades são visualizadas de maneira mais intensa que outras. Vivenciei isso no momento em que efetuei a revisão da entrevista com José. A experiência foi muito rica, pois ele esclareceu uma série de questões enquanto complementou outras afirmações.

Nesse momento, em que ele e os colegas sondavam a hipótese de realizar uma nova paralisação das atividades na empresa, as tensões vividas no trabalho passaram a ser expressas de maneira mais detalhada, principalmente sobre o período posterior à “greve” de 1999. Diferentemente do momento em que realizei a entrevista com José, quando suas memórias apresentavam uma tentativa de reconciliação com o patrão e ele almejava a ascensão individual no trabalho, durante a leitura e revisão da transcrição ele estava tomado por um desencanto com a empresa. Sua frustração com o emprego apresentou-se de maneira muito clara quando o comparou ao trabalho que desenvolvia antes, em uma chácara, afirmando que se tivesse permanecido nesse serviço viveria bem melhor.

Em todo o processo de produção da entrevista e de revisão, José mostrou-se bastante seguro sobre suas afirmações. Quem lhe chamou a atenção, de certa forma, foi sua esposa, que de uma maneira bem-humorada, o criticou por “falar tudo”, ao que ele retrucou afirmando que se tratava apenas da “verdade”.

Essa questão me levou a um problema ético: deveria eu aproveitar esse momento e, munido das autorizações legais, fazer meu trabalho sem me preocupar em prejudicar o entrevistado? Seria necessário deixar de lado uma narrativa tão rica, que traz uma experiência de luta tão intrigante de trabalhadores de Marechal Cândido Rondon, e não trabalhá-la para evitar prejuízos ao entrevistado? Existiria um caminho alternativo em que todas essas preocupações pudessem ser conciliadas?

Optei por responder à terceira questão e, mais, por não respondê-la sozinho. Durante a revisão, falei com José sobre o assunto. Sua única preocupação era citar o nome da empresa, pois ele temia ser acusado, no ato de rescisão contratual, de tê-la difamado. Não estava preocupado, portanto, em manter o emprego, mas em garantir seus direitos no ato do acerto de contas. Mesmo assim, ele estava em

dúvida, chegando por fim a autorizar a utilização do depoimento na íntegra, citando inclusive o nome da empresa.

Compreendi, no entanto, que esse era o posicionamento de José *naquele* momento, mas que poderia mudar, em breve, em face do clima instável que ele vivenciava no trabalho. Por iniciativa própria, comprometi-me com a não-divulgação do nome da empresa e, neste artigo, tomei um cuidado extra, para além do combinado, omitindo o verdadeiro nome do entrevistado e todos os demais dados que pudessem identificá-lo ou comprometê-lo.

Mesmo possuindo o termo de “Cessão Gratuita de Direitos de Depoimento Oral” assinado por José, acredito que os historiadores que trabalham com a fonte oral têm um compromisso com a sociedade, representada tanto pelos leitores de seus trabalhos como pelas pessoas que se dispuserem a colaborar com a pesquisa, concedendo seu depoimento. Acredito que preservá-las faz parte desse compromisso, quando a situação assim o exigir, o que, no entanto, não deve impedir que se analise criticamente as entrevistas orais.

O estudo da narrativa de José, apesar de se configurar em um único depoimento oral, abriu portas para se pensar como as lutas sociais são vividas cotidianamente e tratadas nas consciências e cultura de trabalhadores como ele. O que mais chamou a atenção, nesse caso, foi a forma com que ele associava as possibilidades de realizar tanto ações de enfrentamento em grupo como outras estratégias de conciliação e submissão individuais, no intuito de manter ou de melhorar as suas condições de trabalho. Sua resposta ao clima instável que vivia na empresa foi então lançar mão de todas as alternativas que estivessem ao seu alcance, procurando equilibrar-se no jogo de forças em que estava inserido.

O movimento coletivo não representou para ele, e talvez para tantos outros trabalhadores, um abandono de outras práticas individuais de luta pela sobrevivência. Também não representou a construção de um sentido de classe que adotasse o enfrentamento em grupo como única forma de buscar melhores condições de trabalho. Não resultou, também, em uma rejeição ao paternalismo, uma vez que uma das grandes expectativas dele em relação à mobilização era o de forçar o proprietário da empresa a restabelecer tais laços. Talvez isso explique essa espécie de afastamento de uma possível imagem de militante e sua indiferença com as organizações institucionais de classe, como o sindicato da categoria, mesmo que utilize o termo “greve” em seu depoimento.

---

<sup>11</sup> A noção do “fazer-se” da classe trabalhadora é elaborada por Edward Palmer Thompson. O autor aponta, então, que os trabalhadores são sujeitos da história e que a classe não é uma estrutura, mas algo produzido historicamente por eles. Embora permeiem toda a obra do autor, essas questões são mais claramente apresentadas em: THOMPSON, E. P. “O termo ausente: experiência”. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 180-201. e THOMPSON, E. P. “Prefácio”. In: *A formação da classe operária inglesa*. V. 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.9-14.

Isso demonstra um pouco dos limites desse movimento coletivo e a complexidade existente na formação das consciências e nos sentidos atribuídos pelas pessoas ao trabalho. Esse aspecto pode ser melhor compreendido ao se atentar para aquilo que Edward Palmer Thompson designa “fazer-se” como classe<sup>11</sup>. As consciências dos trabalhadores estão em constante transformação, um fazer e refazer contínuos, que se expressam nas maneiras diversas e até contraditórias com que agem. Tais questões, entretanto, somente podem ser compreendidas quando se estabelece um diálogo com trabalhadores, como José, e nesse aspecto a fonte oral torna-se um *locus* privilegiado para realizar essa tarefa.

Caminhando pelos meandros da memória, é possível perceber que dela emergem não apenas “fatos distorcidos” pelo passar do tempo. Longe disso, expressa relações que as pessoas estabelecem com o mundo em que vivem e a história que ajudam a construir com seu cotidiano. Nesse sentido, a educação e o trabalho são elementos que apresentam vivências mais amplas, constitutivas de uma vivência em sociedade marcada pela tensão e por lutas sociais, de tentativas de dominação e de lutas contra a exploração.

### Referências Bibliográficas

CASTILHO, Alceu Luis. “Selva de letras: Como vivem os jovens que não sabem ler nem escrever”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 8, n.389, p.2, 27 de fev. de 1998. Reportagem. Caderno “Zap!”.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. “Narrativas de um candango em Brasília”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, n.47, p.163-180, 2004.

FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONZALEZ, Emilio. “As camadas da Memória: A produção de marcos memorialísticos na historiografia regional do Oeste do Paraná (Marechal Cândido Rondon – 1950 – 1990)”. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v.05/06, p.185-219, 2003/2004.

KHOURY, Yara Aun. “Narrativas orais na investigação da história social.” In: **Projeto História**. São Paulo, n.22, p.79-103, jun. 2001.

MELO, Orlinda Carrijo. **Alfabetização e trabalhadores: o contraponto do discurso oficial**. Campinas: Ed. da Unicamp; Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Consolidação das leis do trabalho**. Disponível em: <<http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/CLT/Clt.pdf>> Acesso em: 05 de abr. de 2007.

PASSERINI, Luisa. “Mitobiografia em história oral”. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.29-40, dez. 1993.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.” **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p.59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. “As fronteiras da memória: o massacre das fossas ardeatinas. História, mitos, rituais e símbolos.” **História e Perspectivas**, Uberlândia/MG, n.25 e 26, p.9-26, jul./dez. 2001, jan./jun. 2002.

PORTELLI, Alessandro. “Dividindo o mundo: o som e o espaço na transição cultural.” In: **Projeto História**, São Paulo, n.26, p.47-64, jun. 2003.

PORTELLI, Alessandro. “Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade.” **Projeto História**, São Paulo, n.14, p.7-24, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. “História oral como gênero.” In: **Projeto História**. São Paulo: Educ, n.22, jun. 2001, p.9-58.

PORTELLI, Alessandro. “Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI”. In: **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. p.67-71.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente” In: **Projeto História**, São Paulo, n.14, p.25-39, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. (coord.). **República dos sciuciã: a Roma do pós-guerra na memória dos meninos de Dom Bosco**. São Paulo: Editora Salesiana, 2004.

PORTELLI, Alessandro. “Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores.” In: **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.41-58, dez. 1993.

PORTELLI, Alessandro. "Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral." In: **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-33, abr. 1997.

ROSSO, Gisele. "Um grave problema social". **Revista Região**, Marechal Cândido Rondon, ano 2, n.23, p.18-21, out. 2001. Reportagem.

THOMSON, Alistair. "Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do exército nacional." In: **Projeto História**, São Paulo, n. 16, p. 277-96, fev. 1998.

THOMSON, Alistair. "Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias." In: **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 51-71, abr. 1997.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.9-14. v. 1.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.180-201.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. "Folclore, antropologia e história social". In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. p.227-67.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.